



RECAPITALIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO:

Migueias Adriano defende uma Banca mais orientada para a economia real

CRIE O WEBSITE RESPONSIVO DA SUA EMPRESA, IDEIA OU ORGANIZAÇÃO DA MANEIRA COMO IDEALIZOU. 84 738 4972



16 DE OUTUBRO

DIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO

Melhor produção. Melhor nutrição.
Um futuro mais justo.

Alimentação é vida,
é desenvolvimento,
é Moçambique!



Agricultura familiar forte



Mais nutrição para todos



Comunidades mais saudáveis



Sistemas alimentares sustentáveis





Juntos por uma
segurança alimentar
em Moçambique!

16 DE OUTUBRO

DIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO

Alimentação é vida, é desenvolvimento,
é Moçambique!

Juntos por uma
segurança alimentar
em Moçambique!



Mais produção



Melhor nutrição



Comunidades mais fortes



Sistemas sustentáveis





SIGA-NOS:    WWW.HORACERTANEWS.COM

 +258 84 983 3332

 CANAL: HORA CERTA NEWS | MATOLA | MOÇAMBIQUE

2

CCMI e ENH reforçam presença empresarial moçambicana na Africa Energy Week 2026, com destaque para PME, investidores italianos e BCI



A.A



Representantes das empresas moçambicanas na AEW 2026

A participação de empresas moçambicanas e italianas na Africa Energy Week 2026 evidencia o trabalho de mobilização da ENH e da Câmara de Comércio Moçambique-Itália (CCMI), em parceria com a ANIMA, promovendo oportunidades de investimento, internacionalização empresarial e desenvolvimento do sector energético nacional.

A Câmara de Comércio Moçambique-Itália (CCMI) e Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), desempenharam um papel importante na promoção e mobilização de empresas moçambicanas e italianas para a Africa Energy Week (AEW) 2026, realizada de 12 a 16 de Outubro, na Cidade do Cabo, África do Sul.

A iniciativa permitiu reforçar a presença de pequenas e médias empresas, jovens empresários e grandes operadores económicos moçambicanos num dos principais encontros internacionais do sector energético, proporcionando oportunidades de contacto com investidores,

multinacionais e potenciais parceiros comerciais.

O trabalho desenvolvido pela ENH destacou-se pelo incentivo à participação do empresário nacional e pela promoção de oportunidades associadas aos grandes projectos energéticos, contribuindo para o fortalecimento do conteúdo local e para uma maior integração das empresas moçambicanas nas cadeias de valor do sector.

CCMI e ANIMA promovem oportunidades de investimento e cooperação industrial

Sob a liderança do seu Presidente, Simone Santi, a CCMI, no âmbito da sua histórica parceria com a organização da Africa Energy Week e em parceria com a ANIMA – Federação das Associações Nacionais da Indústria Mecânica de Itália, promoveu a participação de empresas italianas e moçambicanas, reforçando as relações económicas e industriais entre os dois países.

A presença empresarial italiana permitiu destacar competências nos sectores da engenharia, tecnologias

energéticas, equipamentos industriais e serviços especializados, criando oportunidades de cooperação, transferência de conhecimento e desenvolvimento de fornecedores locais.

Entre as instituições moçambicanas presentes, destacou-se o Banco Comercial e de Investimentos (BCI), uma das maiores instituições bancárias de Moçambique, cuja participação reforçou a importância do sector financeiro no apoio ao investimento, à internacionalização empresarial e

ao desenvolvimento dos grandes projectos energéticos.

A presença do BCI constituiu igualmente uma oportunidade para fortalecer contactos com investidores e operadores internacionais, evidenciando o papel das instituições financeiras nacionais na promoção de soluções de financiamento e no crescimento do sector privado moçambicano.

Energia como motor de desenvolvimento económico

AAEW 2026 destacou

igualmente as oportunidades associadas aos grandes investimentos energéticos em Moçambique, particularmente o projecto Mozambique LNG, na Bacia do Rovuma, cujo investimento inicial está estimado em 20 mil milhões de dólares norte-americanos.

Estes investimentos representam um importante potencial para a criação de emprego, desenvolvimento de infra-estruturas, capacitação profissional e participação das empresas nacionais no fornecimento de bens e serviços.

A participação promovida pela ENH e pela CCMI, em parceria com a ANIMA, demonstra a importância de unir instituições públicas, empresas privadas, organizações empresariais e instituições financeiras na construção de um sector energético mais competitivo, inclusivo e sustentável.

Para a CCMI, o verdadeiro sucesso dos grandes investimentos energéticos mede-se também pela capacidade de gerar oportunidades concretas para as empresas moçambicanas, promover a transferência de tecnologia e transformar o potencial energético nacional em desenvolvimento económico.



Espaço expositivo italiano na AEW 2026

Geraldina Bonifácio destaca responsabilidade colectiva e cooperação internacional na redução do risco de desastres

Edil de Boane destaca a importância da participação comunitária, do ordenamento territorial e da cooperação internacional na construção de um município mais resiliente.



POR: A.A

A participação de Geraldina Bonifácio, Presidente do Conselho Municipal da Vila de Boane, na Conferência Internacional sobre Redução do Risco de Desastres em África representa uma oportunidade para reforçar o compromisso do município com a prevenção, a preparação e a resposta aos fenómenos naturais que afectam as comunidades.

Num contexto em que as mudanças climáticas colocam desafios crescentes às cidades africanas, a edil considera que a redução do risco de desastres deve ser assumida como uma responsabilidade colectiva, envolvendo as autoridades, as comunidades e cada família.

Na sua reflexão sobre o encontro, Geraldina Bonifácio destacou a importância da mensagem



do Presidente da República, Daniel Francisco Chapo, que, na sua perspectiva, veio recordar a responsabilidade das instituições e dos cidadãos na protecção das comunidades e na construção de soluções sustentáveis.

A participação dos membros dos comités locais de gestão do risco de desastres foi igualmente

apontada como um aspecto fundamental da conferência. Para a presidente do município, envolver os agentes que actuam directamente nas comunidades significa reconhecer que a prevenção começa na base, onde as populações conhecem de perto as suas vulnerabilidades e os riscos a que estão expostas.

BOANE PERANTE OS DESAFIOS CLIMÁTICOS

A realidade do município evidencia a necessidade de fortalecer as medidas de prevenção e adaptação. Entre os principais desafios identificados pela edil estão a Erosão em zonas dos bairros 1, 6 e , bem como os ventos fortes que afectam particularmente a localida-

de Eduardo Mondlane.

Perante estes fenómenos, Geraldina Bonifácio defende o reforço da consciência ambiental, a plantação de árvores e a protecção dos mangais, reconhecendo o papel destas medidas na preservação dos ecossistemas e no aumento da resiliência das comunidades.

A autarca considera igualmente que o ordenamento territorial e os processos organizados de reassentamento podem contribuir para reduzir a exposição das populações aos riscos, desde que sejam conduzidos de forma planificada e orientados para a protecção das famílias.

PLANEAMENTO URBANO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Para além dos desafios ambientais, Boane enfrenta também a necessidade

de planificar o seu crescimento urbano, antecipando as necessidades de uma população em expansão.

Neste contexto, a participação na conferência assume particular relevância, uma vez que permite conhecer experiências de outros países africanos, compreender as estratégias adoptadas perante situações semelhantes e identificar oportunidades de cooperação.

A expectativa da presidente do município é que este intercâmbio contribua para mobilizar parceiros interessados em apoiar a implementação dos planos de pormenor e outras iniciativas de desenvolvimento territorial da Vila de Boane.

A presença num espaço internacional de partilha de conhecimentos constitui, assim, uma oportunidade para transformar experiências e boas práticas em soluções adaptadas à realidade local.

UM COMPROMISSO COM O FUTURO

A intervenção de Geraldina Bonifácio deixa uma mensagem essencial: a prevenção de desastres não pode depender apenas da resposta em momentos de emergência. Exige preparação contínua, envolvimento comunitário, planeamento urbano responsável e parcerias estratégicas.

Para Boane, o desafio consiste em transformar esta visão em acções concretas que protejam vidas, reduzam vulnerabilidades e promovam um desenvolvimento mais seguro e sustentável.

Num cenário marcado pelos efeitos das mudanças climáticas, a construção de comunidades resilientes começa com a consciência de cada cidadão, mas consolida-se através de políticas públicas consistentes, instituições preparadas e uma sociedade comprometida com a prevenção.

Gaza aposta na recuperação de infra-estruturas para proteger a economia dos riscos climáticos



POR:A.A

Alfeu Cuna, governador da província, aponta a reabilitação de diques, estradas e sistemas de drenagem, bem como a digitalização de dados, como prioridades para reforçar a resiliência económica e reduzir a exposição das comunidades aos desastres naturais.

A recuperação das infra-estruturas danificadas pelas cheias e o reforço dos mecanismos de prevenção de desastres naturais estão entre as prioridades da província de Gaza, numa altura em que os riscos climáticos continuam a colocar pressão sobre a actividade agrícola, a rede de transportes e a segurança das comunidades. O governador provincial, Alfeu Cuna, considera que a reabilitação de infra-estruturas essenciais e a modernização dos sistemas de gestão da informação são fundamentais para fortalecer a capacidade de resposta da província e reduzir a vulnerabilidade da sua economia.

Falando à margem da Conferência Internacional sobre Redução do Risco de Desastres em África, dedicada à partilha de experiências, à cooperação e à identificação de soluções práticas para a prevenção e resposta

económica

Em Gaza, os danos provocados pelas cheias evidenciaram a importância estratégica das infra-estruturas para o funcionamento da economia provincial. Estradas afectadas, diques de defesa danificados e sistemas de drenagem comprometidos representam desafios para a circulação de pessoas e mercadorias, a protecção das zonas habitacionais e a continuidade da produção agrícola.

Segundo Alfeu Cuna, os projectos em carteira têm como prioridade a reabilitação destas infra-estruturas, com particular atenção aos diques de defesa e aos cursos de água que desempenham um papel importante na actividade agrícola.

A recuperação destes activos deverá contribuir para melhorar as condições de produção dos agricultores e reduzir a exposição das áreas produtivas aos efeitos das cheias. A intervenção assume particular relevância numa província onde a agricultura constitui uma importante fonte de rendimento



a calamidades, Cuna destacou a experiência de Moçambique na construção da resiliência climática, defendendo, simultaneamente, a continuidade das medidas de prevenção face aos riscos associados a fenómenos climáticos, incluindo o El Niño.

Infra-estruturas no centro da recuperação

para numerosas famílias.

Embora o governador não tenha avançado valores de investimento, prazos de execução ou fontes de financiamento dos projectos, a reabilitação das infra-estruturas surge como uma das frentes prioritárias para recuperar a capacidade produtiva e reforçar a preparação da província para futuros eventos climáticos.

Digitalização para melhorar a gestão do risco

A modernização dos sistemas de informação constitui outra componente da estratégia de prevenção defendida pelo governador. Em resposta ao apelo do Presidente da República para a digitalização das instituições, de modo a evitar a perda de dados em consequência de fenómenos naturais, Cuna destacou o trabalho desenvolvido pelo Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD).

Para o governante, a digitalização poderá melhorar o registo das famílias afectadas, o acompanhamento dos processos de atribuição de terrenos e a identificação das necessidades de reassentamento.

Os municípios de Xai-Xai e Chókwè foram apontados

como exemplos de zonas onde algumas famílias regressam a áreas vulneráveis depois da descida das águas, voltando a ficar expostas ao risco de novas inundações.

A utilização de bases de dados actualizadas permitiria às autoridades identificar as famílias já reassentadas, determinar as necessidades ainda existentes e melhorar o planeamento da ocupação do território.

A digitalização poderá igualmente apoiar o mapeamento das zonas propensas a inundações e facilitar a comunicação antecipada com as comunidades em risco, através de mecanismos de aviso prévio.

Resiliência climática como factor de desenvolvimento

A experiência recente de Gaza demonstra que a gestão do risco climático ultrapassa a dimensão da resposta a emergências. A recuperação das infra-estruturas, a protecção das

áreas agrícolas e a organização do reassentamento das populações são também questões de planeamento económico e de gestão de recursos públicos.

Neste contexto, investir na prevenção poderá ajudar a limitar os danos sobre os activos produtivos, reduzir as interrupções da actividade económica e melhorar as condições para a continuidade dos negócios nas zonas vulneráveis.

A posição defendida por Alfeu Cuna coloca, assim, a resiliência climática entre os desafios estratégicos da província. O impacto desta abordagem dependerá, contudo, da capacidade de mobilizar financiamento, executar os projectos previstos e assegurar a manutenção das infra-estruturas recuperadas.

Num cenário de crescente exposição aos fenómenos climáticos extremos, a articulação entre investimento em infra-estruturas, transformação digital e planeamento territorial poderá ser determinante para reforçar a segurança das comunidades e a sustentabilidade da economia de Gaza.

PR: África regista aumento de desastres naturais e danos



POR: A.A

O IV Relatório Bienal de África, sobre a Implementação do Programa de Acção do Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2023-2024, lançado hoje em Maputo, indica que as cheias, ciclones tropicais e secas representaram 90% do total de causas de danos por desastres em África.

O dado foi avançado hoje pelo Presidente da República, no âmbito do 13 de Outubro, Dia Internacional de Redução do Risco de Desastres.

Chapo frisou que, o número de ocorrências aumentou de 612 para 738 eventos, que causaram mais de 74 mil mortes a nível do continente, afectando cerca de 64 milhões de pessoas e perdas económicas superiores a oito mil milhões de dólares, durante o período em análise.

“Em Moçambique, no período em referência, registou-se vários ciclones de grandes proporções e dimensões, tais



como Idai, Kenneth, Fred e Chido, cujos efeitos destruidores se fizeram sentir em outros países da região, como Madagáscar,

Malawi, Zimbabwe, Zâmbia e África do Sul, só para dar alguns exemplos”, apontou.

Anunciou o registo de cheias de grandes proporções, com destaque para as cheias de Janeiro a Março deste ano, que

causaram perdas humanas e materiais, sobretudo, na região sul e centro do nosso país.

DNGRH aposta em infra-estruturas hídricas para reforçar a resiliência económica

Instituição destaca pequenas barragens, reservatórios escavados, diques de protecção e sistemas de monitoria de eventos hidrológicos durante a Conferência Internacional sobre Redução do Risco de Desastres e Resiliência em África, que decorre em Maputo.

A Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (DNGRH) está a apresentar soluções para a prevenção e mitigação dos efeitos de cheias e secas, no âmbito da Conferência Internacional sobre Redução do Risco de Desastres e Resiliência em África, que decorre de 13 a 15 de Outubro, em Maputo.

Segundo o director da DNGRH, Agostinho Vilanculos, entre as principais iniciativas em curso destacam-se a construção de pequenas barragens, a implantação



de reservatórios escavados, a construção de diques de protecção e o desenvolvimento de sistemas de monitoria de cheias e secas.

As acções são desenvolvidas

no âmbito do Programa Aceleração de Abastecimento de Água e Saneamento (Pro-Águas), com o objectivo de reforçar a gestão dos recursos hídricos e a capacidade

de resposta das comunidades face aos riscos associados a fenómenos hidrológicos extremos.

Na terça-feira, 13 de Outubro, a DNGRH recebeu a visita do Presi-

dente da República, a quem foram apresentadas as principais acções em curso, com destaque para as soluções destinadas à prevenção de desastres relacionados com o excesso ou a escassez de água.

A conferência constitui igualmente uma oportunidade para a partilha de experiências e o reforço da cooperação entre os países africanos no domínio da redução do risco de desastres. O encontro prevê o lançamento, ao mais alto nível, do Relatório Bienal da União Africana sobre a Implementação do Quadro de Sendai, instrumento internacional orientado para a redução do risco de desastres.

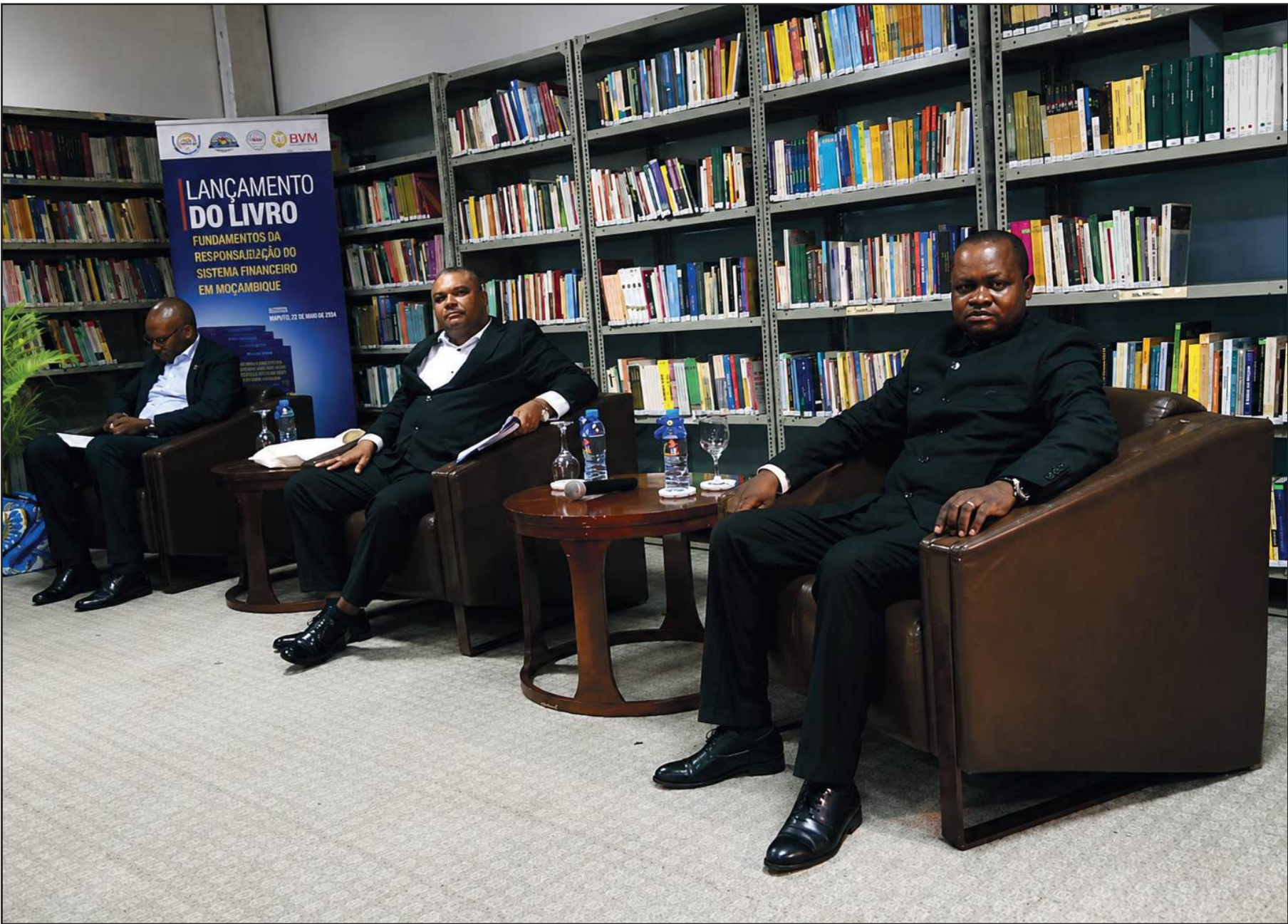
A DNGRH convida os participantes a visitarem o seu espaço de exposição, onde estão a ser divulgadas iniciativas destinadas a promover a gestão sustentável dos recursos hídricos e a reforçar a resiliência das comunidades face aos efeitos das cheias e secas.

RECAPITALIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO:

MIGUEIAS ADRIANO defende uma Banca mais orientada para a economia real



POR:A.A



Na obra Fundamentos da Recapitalização do Sistema Financeiro em Moçambique, o académico e gestor defende que a solidez bancária deve caminhar lado a lado com o financiamento das actividades produtivas, o fortalecimento das pequenas e médias empresas e a redução da dependência das importações.

A transformação económica de Moçambique exige um sistema financeiro sólido, mas também capaz de mobilizar recursos para os sectores produtivos. Esta é uma das principais mensagens de Fundamentos da Recapitalização do Sistema Financeiro em Moçambique, obra de 193 páginas da autoria de Migueias Adriano, que propõe uma reflexão sobre o papel da banca no crescimento económico e na construção de uma economia nacional mais diversificada e competitiva.

Num país que procura reforçar a sua capacidade produtiva e reduzir a



dependência do exterior, o autor coloca uma questão central para o futuro da economia moçambicana: de que forma pode o sistema financeiro transformar a estabilidade bancária em investimento, criação de emprego e produção de riqueza?

A resposta passa, na perspectiva de Migueias Adriano, pela articulação entre a recapitalização das instituições financeiras, o cumprimento das exigências prudenciais e a concessão de crédito às empresas que contribuem directamente para a actividade económica.



Mais do que uma abordagem centrada na gestão bancária, a obra procura estabelecer uma ligação entre a robustez do sistema financeiro e os desafios estruturais da economia moçambicana, defendendo uma maior aproximação entre os recursos financeiros disponíveis e as necessidades de investimento do sector produtivo.

SOLIDEZ BANCÁRIA COMO PILAR DA CONFIANÇA ECONÓMICA

A recapitalização do sistema financeiro constitui um dos eixos centrais da análise desenvolvida pelo autor. Num contexto em que as instituições bancárias enfrentam a necessidade de gerir riscos, cumprir requisitos regulamentares e preservar a confiança dos depositantes, a manutenção de níveis adequados de capital assume importância estratégica.

Migueias Adriano destaca o papel dos gestores bancários na observância dos rácios prudenciais estabelecidos pelas autoridades de supervisão, com particular referência ao Banco de Moçambique, enquanto entidade responsável pela regulação e supervisão do sistema financeiro.

O cumprimento destas exigências contribui para reforçar a capa-

cidade das instituições financeiras de absorver perdas, gerir situações adversas e manter a continuidade das suas operações. Trata-se de uma condição importante para a confiança dos agentes económicos e para o funcionamento do sistema de intermediação financeira.

A obra recupera igualmente a experiência da crise financeira registada em 2016, sublinhando a relevância da actuação das autoridades monetárias na preservação da estabilidade do sector.

A experiência desse período serve de ponto de reflexão sobre a necessidade de mecanismos de supervisão eficazes, uma gestão prudente dos riscos e instrumentos que permitam às instituições bancárias responder a cenários económicos desfavoráveis.

Neste enquadramento, a recapitalização não deve ser entendida apenas como uma exigência de natureza regulamentar. Representa também um instrumento para fortalecer a capacidade operacional da banca e assegu-

rar condições para o exercício sustentável da sua função de financiamento da economia.

Contudo, a robustez financeira das instituições bancárias coloca igualmente uma exigência: garantir que a estabilidade do sistema se traduza em melhores condições de acesso ao crédito para as empresas e os sectores produtivos.

CRÉDITO À ECONOMIA REAL: O DESAFIO DA TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA

Um dos argumentos centrais de Fundamentos da Recapitalização do Sistema Financeiro em Moçambique é que a estabilidade bancária, por si só, não garante o desenvolvimento económico.

Para Migueias Adriano, o sistema financeiro deve desempenhar um papel activo na mobilização de recursos para actividades capazes de gerar valor acrescentado, estimular a produção nacional e criar oportunidades de emprego.

Esta perspectiva coloca o financiamento da economia real no centro da discussão sobre o desenvolvimento de Moçambique. O desafio consiste em aproximar a capacidade de concessão de crédito das necessidades das empresas, particularmente das pequenas e médias empresas (PME), cuja actividade pode contribuir para dinamizar os mercados locais, ampliar a oferta de bens e serviços e fortalecer o tecido empresarial nacional.

A agricultura, a transformação de matérias-primas e outras actividades produtivas são apontadas como áreas com potencial para beneficiar de um maior acesso ao financiamento.



O impacto desse investimento pode ultrapassar os limites de uma única empresa. No sector agrícola, por exemplo, o financiamento destinado ao aumento da produção pode criar oportunidades para operadores de transporte, unidades de armazenamento, empresas de transformação industrial, distribuidores e comerciantes.

Esta interligação entre actividades económicas permite desenvolver cadeias de valor, ampliar a participação de empresas nacionais nos circuitos de produção e comercialização e gerar efeitos positivos sobre o emprego e o rendimento.

A proposta apresentada pelo autor remete, assim, para uma questão estratégica: como assegurar que o sistema financeiro não se limite a preservar a sua própria estabilidade, mas contribua também para aumentar a capacidade produtiva do país?

nificativa dos bens consumidos pode aumentar a vulnerabilidade das empresas e dos consumidores.

Quando os preços internacionais sobem ou a moeda nacional perde valor face às moedas utilizadas nas transacções comerciais, os custos de importação tendem a aumentar, pressionando as despesas das empresas e os preços de determinados bens no mercado interno.

Para Miguelas Adriano, o reforço da produção nacional representa uma das vias para re-



A resposta exige, entre outros factores, condições de financiamento compatíveis com as necessidades das empresas, uma avaliação adequada dos riscos e um ambiente económico favorável ao investimento.

REDUZIR A DEPENDÊNCIA DAS IMPORTAÇÕES E REFORÇAR A PRODUÇÃO NACIONAL

A elevada dependência de bens importados constitui outra das preocupações abordadas pelo autor. Numa economia exposta às oscilações dos preços internacionais e às variações cambiais, a necessidade de adquirir no exterior uma parte sig-

duzir esta exposição e criar bases mais sustentáveis para o crescimento económico.

Neste contexto, a agricultura e a transformação industrial assumem particular relevância, na medida em que podem contribuir para substituir parte das importações, desenvolver fornecedores locais e criar novas oportunidades de negócio.

O financiamento bancário surge, por isso, como um instrumento potencialmente decisivo para viabilizar investimentos em equipamentos, infra-estruturas, tecnologia e capacidade produtiva.

Uma empresa com acesso a financiamento adequado pode ampliar a sua produção, melho-

rar os processos operacionais, contratar trabalhadores e alcançar novos mercados. Quando estas dinâmicas se multiplicam em diferentes sectores, podem contribuir para diversificar a economia e reforçar a participação das empresas moçambicanas nas cadeias de valor.

A reflexão proposta na obra ultrapassa, deste modo, a dimensão estritamente financeira. Coloca em evidência a necessidade de articular o desenvolvimento do sistema bancário com políticas e iniciativas que promovam a produção, a industrialização e o crescimento do sector empresarial.

JUVENTUDE E

EMPREENDEDORISMO COMO MOTORES DO CRESCIMENTO

A independência económica é também analisada a partir do papel da juventude e da capacidade de criação de iniciativas empresariais.

Na perspectiva de Miguelas Adriano, a construção de uma economia mais autónoma exige que os jovens sejam incentivados a explorar oportunidades de negócio e a desenvolver competências que lhes permitam participar activamente na produção de bens e na prestação de serviços.

Esta abordagem propõe uma visão mais abrangente das oportunidades de inserção pro-

fissional, valorizando não apenas o emprego em estruturas administrativas ou empresariais estabelecidas, mas também o empreendedorismo e as actividades técnico-profissionais.

Sectores como a agricultura, a mecânica e a electricidade são referidos como áreas em que os jovens podem desenvolver competências, prestar serviços especializados e criar fontes próprias de rendimento.

A formação técnico-profissional assume, neste contexto, um papel importante, ao permitir uma maior correspondência entre as competências disponíveis no mercado de trabalho e as necessidades concretas das empresas e da economia.



A criação de pequenos negócios pode igualmente contribuir para dinamizar as economias locais, ampliar a oferta de serviços e estimular a circulação de rendimento.

Todavia, o desenvolvimento destas iniciativas depende de um conjunto de condições, entre as quais o acesso ao conhecimento, a capacitação empresarial, a existência de mercados e a disponibilidade de financiamento adequado.

É precisamente nesta última dimensão que a reflexão sobre o sistema financeiro volta a ganhar relevância. Para que o empreendedorismo se transforme numa força efectiva de desenvolvimento, é necessário criar condições para que iniciativas economicamente viáveis consigam aceder aos recursos necessários à sua implementação e expansão.

ACORDOS DE BASELEIA E DISCIPLINA NA GESTÃO BANCÁRIA

A obra aborda igualmente os acordos de Basileia I, II e III, referências internacionais na evolução da regulação e supervisão bancária.

Estes instrumentos estabelecem princípios e requisitos relacionados com a adequação dos fundos próprios, a gestão de riscos e a capacidade das instituições financeiras para enfrentar períodos de instabilidade.

Ao destacar este enquadramento, Migueias Adriano chama a atenção para a importância da disciplina financeira e de práticas de gestão que permitam conciliar a concessão de crédito com a preservação da solidez bancária.

A gestão das instituições financeiras exige um equilíbrio entre diferentes objectivos: assegurar níveis adequados de capital, avaliar a capacidade de reembolso dos clientes, controlar a exposição ao risco

e manter condições para financiar a actividade económica.

Este equilíbrio é particularmente relevante quando se considera a necessidade de ampliar o acesso das PME ao crédito, uma vez que o financiamento empresarial requer instrumentos de avaliação ajustados às características dos negócios, à sua capacidade de geração de receitas e aos riscos associados a cada sector.

A discussão dos acordos de Basileia contribui, assim, para enquadrar os desafios da banca moçambicana numa perspectiva mais ampla, relacionando as exigências de estabilidade financeira com a necessidade de manter uma intermediação bancária eficiente.

A aplicação concreta dos requisitos prudenciais deve, naturalmente, respeitar a regulamentação em vigor em Moçambique e as disposições aplicáveis a cada instituição.

UMA OBRA QUE APROXIMA A FINANÇA DOS DESAFIOS DA ECONOMIA

Com 193 páginas, Fundamentos da Recapitalização do Sistema Financeiro em Moçambique foi concebido para alcançar um público diversificado, incluindo estudantes, docentes, profissionais do sector financeiro, gestores, empresários e outros leitores interessados no funcionamento da economia.

Segundo o autor, a utilização de uma linguagem acessível procura facilitar a compreensão dos conceitos financeiros e alargar o debate para além dos círculos especializados.

A obra aborda temas que interessam tanto aos profissionais da banca como aos responsáveis pela gestão de empresas e aos decisores envolvidos na definição de estratégias de desenvolvimento económico.

Ao relacionar a recapitali-

zação bancária com o financiamento das actividades produtivas, o empreendedorismo e a redução da dependência das importações, o livro procura contribuir para uma reflexão sobre o papel das instituições financeiras na transformação estrutural da economia moçambicana.

A sua principal linha de análise assenta na ideia de que a estabilidade financeira e o crescimento económico devem ser encarados como dimensões complementares. Um sistema bancário robusto cria condições para a confiança e a mobilização de recursos; uma economia produtiva e diversificada, por sua vez, amplia as oportunidades de investimento e de financiamento empresarial.

O desafio consiste em construir uma relação equilibrada entre estas duas dimensões, garantindo que a solidez do sector financeiro seja acompanhada por uma maior capacidade de apoiar actividades geradoras de riqueza.

MIGUEIAS ADRIANO: ENTRE A DOCÊNCIA, A INVESTIGAÇÃO E A GESTÃO PÚBLICA

A reflexão desenvolvida no livro está associada ao percurso académico e profissional de Migueias Adriano, doutorado em Gestão de Empresas, mestre em Finanças Empresariais e licenciado em Gestão.

Nascido a 23 de Fevereiro de 1990, no distrito de Mecubúri, província de Namíbia, o autor tem desenvolvido actividades nas áreas do ensino superior, da investigação e da administração pública.

É docente na Universidade Pedagógica de Maputo, na Faculdade de Economia e Gestão; na Universidade São Tomás de Moçambique, na Faculdade de Ciências Empresariais; e no Instituto Superior de Administração e Gestão.

Ao longo do seu percurso académico, tem leccionado unidades curriculares como Sistema Financeiro Moçambicano, Contabilidade Pública, Gestão Financeira, Auditoria Financeira e Planeamento e Controlo de Gestão.

É também membro da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, no Colégio de Contabilistas, e investigador da Rede Internacional da Lusofonia (RIAL).

No domínio da investigação, tem desenvolvido trabalhos sobre os efeitos da recapitalização do sistema financeiro no crescimento económico de Moçambique, a utilização de métodos de análise económica e financeira na tomada de decisões no Sector Empresarial do Estado, os efeitos dos preços internacionais do carvão mineral e do gás natural sobre a taxa de câmbio e os requisitos para o licenciamento de empresas no país.

Os seus trabalhos foram apresentados em simpósios da Lusofonia sobre Economia e Gestão realizados na Universidade Kimpa Vita, em Angola; no Instituto Federal do Paraná, no Brasil; na Universidade de São Tomé e Príncipe; e no Centro de Conferências Joaquim Alberto Chissano, em Moçambique.

Na Administração Pública, desempenhou funções de Chefe de Gabinete de Planificação, Estatística e Sistemas de Informação, Director de Administração e Finanças e Administrador do Pelouro de Administração e Finanças na Empresa Municipal de Transportes Rodoviários de Maputo (EMTPM, EP). Mais recentemente, exerceu o cargo de Director de Economia e Finanças na Cidade de Maputo.

É quadro da EMTPM desde Junho de 2012, tendo participado em processos de reforma relacionados com a reestruturação organizacional e a contenção de custos.

Este percurso, que cruza a docência, a investigação e

a gestão financeira, enquadra a abordagem multidisciplinar apresentada em Fundamentos da Recapitalização do Sistema Financeiro em Moçambique.

O FINANCIAMENTO COMO INSTRUMENTO DE INDEPENDÊNCIA ECONÓMICA

A discussão proposta por Migueias Adriano remete para um dos grandes desafios do desenvolvimento moçambicano: transformar os recursos financeiros disponíveis em capacidade produtiva, oportunidades empresariais e criação sustentável de riqueza.

A recapitalização do sistema financeiro é apresentada como uma condição importante para a estabilidade das instituições bancárias. Contudo, a sua relevância económica depende também da capacidade de o sector financeiro apoiar empresas, estimular o investimento e contribuir para o desenvolvimento de actividades produtivas.

O reforço do financiamento às PME, o investimento na agricultura e na transformação industrial, a valorização das competências técnico-profissionais e a promoção do empreendedorismo integram esta visão de uma economia mais diversificada.

Mais do que uma questão de gestão bancária, a recapitalização é, nesta perspectiva, parte de um debate mais amplo sobre as condições necessárias para fortalecer o sector empresarial, reduzir vulnerabilidades externas e ampliar a capacidade de produção nacional.

A mensagem central da obra é clara: a independência económica de Moçambique exige um sistema financeiro sólido, mas também uma economia capaz de produzir mais, transformar os seus recursos e criar valor dentro das suas próprias fronteiras.